



MGF NA GUINÉ-BISSAU: BREVE RELATÓRIO

Fevereiro de 2020

Conclusões principais e indicadores¹



Prevalência: na Guiné-Bissau, a prevalência de MGF nas mulheres entre 15-49 anos de idade é de 44,9%



Geografia: as regiões com maior prevalência estão na zona Leste: Gabú (96,3%) e Bafatá (86,8%)



Idade: a MGF é normalmente praticada em meninas com idades entre 4-14 anos, mas também em bebês e mulheres em vias de casar-se ou de dar à luz



Tipo: a “extirpação” é o tipo de MGF quase universalmente praticado



Agente: quase todas as MGFs são realizadas por praticantes tradicionais



Atitudes: 81,4% das mulheres entre 15-49 anos de idade que ouviram falar da MGF acreditam que tal prática deveria ser abolida



Classificação do IDH: 177ª posição entre 189 países (2018)



Classificação do indicador de género ODS: N/A



População: 1.932.524 (a 23 de Junho de 2017), com uma taxa de crescimento de 1,88% (estimativa de 2016)



Taxa de mortalidade infantil: 60 mortes por 1.000 nados-vivos (2015)



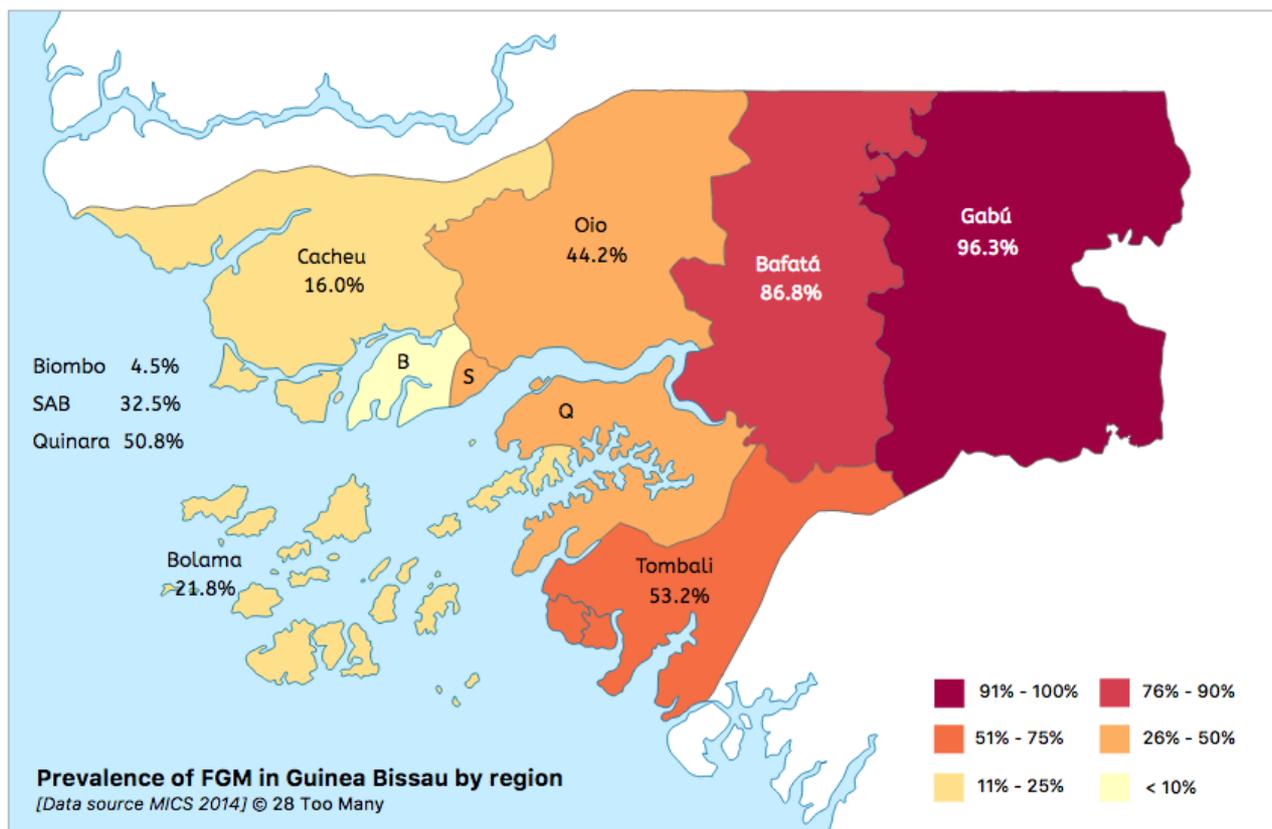
Taxa de mortalidade materna: 549 mortes por 100.000 nados-vivos (2015)



Alfabetização: 59,9% da população total acima dos 15 anos de idade sabem ler/escrever

Prevalência da MGF

As regiões da Guiné-Bissau com maior prevalência de mutilação genital feminina (MGF) nas mulheres entre 15-49 anos de idade estão na zona Leste do país: Gabú (96,3%) e Bafatá (86,8%). Há uma diferença significativa entre estas regiões e o resto da Guiné-Bissau, dado que a região seguinte com maior prevalência é Tombali, com 53,2%. Já a com menor prevalência é Cacheu, com 16%. Mulheres entre 15-49 anos de idade que vivem nas áreas rurais são mais propensas a serem submetidas à MGF (50,1%) do que aquelas que vivem em áreas urbanas (39,8%).²



Na Guiné-Bissau, 95% das mulheres muçulmanas com idade entre 15-49 anos foram submetidas à MGF. A prevalência é muito menor em mulheres de outras religiões: sem afiliações religiosas (8%); cristãs “diversas” e outras religiões (7%); Católicas Romanas (6%); e animistas (5%).³

Tendências na prevalência da MGF e atitudes

Entre 2006 e 2014, a prevalência global de MGF em mulheres entre 15-49 anos de idade permaneceu aproximadamente constante (44,5% em 2006 e 44,9% em 2014).

Em 2006, 27,9% das mulheres com idade entre 15-49 anos que ouviram falar da MGF disseram acreditar que a prática deveria continuar. Em 2014, esse número caiu para 12,8%, enquanto 81,4% acreditavam que a prática deveria ser abolida.⁴

MGF além-fronteiras

Em alguns países onde a MGF se tornou ilegal, a prática tem vindo a ser ocultada e realizada além-fronteiras a fim de se evitarem os rigores da lei. Relatórios dos media sugerem que a MGF além-fronteiras foi um problema para a Guiné-Bissau no passado, já que famílias cruzavam as fronteiras de países vizinhos (como o Senegal) para que suas meninas pudessem ser submetidas à excisão.

Entretanto, como a Guiné-Bissau tornou as leis em relação à MGF mais duras, tentando também assegurar sua execução, isso impeliu famílias a tentar levar as meninas para áreas fora do país a fim de evitar uma denúncia criminal.

MGF medicalizada

A prática da MGF sob assistência médica não é prevalente na Guiné-Bissau. De acordo com os dados disponíveis, apenas 0,1% das mulheres entre 15-49 anos de idade que experienciaram a MGF foram excisadas por um profissional da saúde.⁵

Legislação

A principal lei relacionada à MGF na Guiné-Bissau é o **Decreto-Lei nº 14/2011, que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina**.⁶ Essa lei cobre todas as regiões e setores da Guiné-Bissau, já que não há leis locais ou regionais contra a MGF.

A legislação federal é razoavelmente abrangente ao criminalizar e punir todos aqueles que executam, auxiliam ou promovem qualquer forma de MGF. Falhas na denúncia de casos de MGF ou de incidentes de MGF além-fronteiras também são puníveis sob essa lei. No entanto, apesar do seu suposto alcance universal – que incluiria qualquer profissional de saúde envolvido nessa prática –, já houve quem sugerisse que essa lei poderia conter alguma lacuna que permitiria a MGF medicalizada (isto é, uma MGF paga em estabelecimentos de saúde de entidades privadas).

Há falta de informação sobre casos levados ao tribunal na Guiné-Bissau. Além disso, informação relativa à execução de sentenças não está facilmente disponível.

Trabalhos para acabar com a MGF

O Governo da Guiné-Bissau tem apoiado a implementação e a execução de leis anti-MGF e tem geralmente apoiado, por meio de programas de parcerias e comissões, esforços para abolir a MGF.. A coordenação dos trabalhos para abolir a MGF é realizada pelo **Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas** (dentro do Ministério da Mulher, Família e Coesão Social) e pelo **Instituto da Mulher e da Criança**.⁷

Desde 2008, a Guiné-Bissau também faz parte do **Programa Conjunto das Nações Unidas para Combater a Mutilação Genital (UNFPA-UNICEF Joint Program on Female Genital Mutilation/Cutting – UNJP)**, além de o **II Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina/Corte**

(MGF/C) ter sido colocado em prática nos anos 2010-2015. Uma **política nacional de gênero** também foi implementada na sequência da introdução de novas leis sobre a MGF, saúde reprodutiva e violência doméstica.

Nas parcerias do Governo a trabalhar ao lado do UNJP também se incluem os **Ministérios da Saúde, Educação e Justiça**, bem como a **Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e dos Desportos**. Também a **Comissão Especializada Permanente para Mulher e Criança** (órgão legislativo da Guiné-Bissau), em conjunto com o **Supremo Tribunal** e o **Procurador-Geral**, está envolvida no trabalho para acabar com a MGF.

A **Lei que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina** (2011), ao abrigo do Artigo 13, impõe uma obrigação ao Governo e suas instituições de incluir fundos no orçamento geral do Estado para combater a MGF por meio do suporte e promoção de: (a) campanhas de informação e sensibilização; (b) assistência e reintegração das vítimas da excisão; (c) campanhas de mídia; (d) formação e capacitação de líderes de opinião e ONGs junto das Comunidades; e (e) maior cooperação entre diferentes estruturas defensoras de direitos humanos, líderes religiosos, poder tradicional no combate e denúncia dos casos de excisão.

Adicionalmente, uma **declaração** foi assinada pelo Conselho Superior dos Assuntos Islâmicos (CSAI) da Guiné-Bissau em 2012, ao fim de uma conferência de dois dias sobre a abolição da MGF, reconhecendo que a prática não é exigida pela religião.⁸

Campanhas de sensibilização e seminários, em parceria com ONGs internacionais como a Plan International e a Tostan, concentraram-se em áreas de alta prevalência e destinaram-se aos principais agentes, incluindo praticantes tradicionais da MGF, líderes locais e religiosos, além de homens e avós das comunidades. Diversas comunidades declararam publicamente terem abolido a MGF por meio desses programas de intervenção. A **UNJP** também apoia um **abrigo** na zona leste do país para vítimas de violência, incluindo casos de MGF e casamentos infantis.

Em 2016, o **Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas** intensificou as suas atividades de combate à MGF, incluindo advogar para a implementação da lei e a monitorização de movimentações nas fronteiras (particularmente com o Senegal) – ambas identificadas como desafios contínuos da Guiné-Bissau. Membros da comissão temem que os magistrados locais não tenham a informação pormenorizada de que necessitam sobre artigos relevantes da legislação nacional e, portanto, não implementem a legislação conforme os requisitos.⁹ Reconhece-se também que é necessário fornecer mais informações sobre as leis às comunidades. No entanto, a falta de financiamento para tais atividades continua a ser um desafio.

O trabalho para acabar com a MGF na Guiné-Bissau continua a enfrentar **oposição**, e a criminalização da MGF em 2011 não foi bem aceite por alguns dos apoiantes da prática. A Tostan reporta que, apesar de a polícia e as entidades jurídicas estarem cientes da legislação atual e a tentarem aplicar, há pressão por parte de alguns líderes políticos e religiosos de comunidades – nas quais as crenças tradicionais de que uma menina não se pode casar até realizar a MGF continuam fortes.¹⁰

Referências

- ('MICS'): Ministério da Economia e Finanças, Direcção Geral do Plano/Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014): *Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014, Relatório Final*, pág. 236; Bissau, Guiné-Bissau. Disponível em https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS5/West%20and%20Central%20Africa/Guinea-Bissau/2014/Final/Guinea-Bissau%202014%20MICS%20Final%20Report_Portuguese.pdf (acessado em 29 de Janeiro de 2020).
 - United Nations Development Programme (2018): *Human Development Reports*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/2018-update> (acessado em 12 de Junho de 2019).
 - Country Meters (2017): *Guinea-Bissau*, 23 de Junho de 2017. Disponível em: <http://countrymeters.info/en/Guinea-Bissau> (acessado em 23 de Junho 2017).
 - Central Intelligence Agency (2016): *World Factbook: Guinea-Bissau*, 15 de Junho. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html> (acessado em 23 Junho de 2017).
 - Countdown to 2030 (2015): *A Decade of Tracking Progress for Maternal, Newborn and Child Survival – The 2015 Report: Guinea-Bissau*. Disponível em http://countdown2030.org/documents/2015Report/Guinea-Bissau_2015.pdf (acessado em 23 de Junho 2017).
 - WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and United Nations Population Division Maternal Mortality Estimation Inter-Agency Group (2015): *Maternal mortality in 1990-2015: Guinea-Bissau*. Disponível em http://www.who.int/gho/maternal_health/countries/gnb.pdf?ua=1 (acessado em 23 de Junho 2017).
- 2 MICS, pág. 236.
 - 3 UNICEF (2013): *Guinea-Bissau: Statistical Profile on Female Genital Mutilation/Cutting*, p. 2. Disponível em https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country_profiles/Guinea-Bissau/FGMC_GNB.pdf (acessado em 23 de Junho de 2017).
 - 4 - MICS, págs. 236 e 238.
 - Ministère de l'Economie – Secrétariat d'Etat du Plan et à l'Intégration Régionale (2006) Enquête par Grappe Ministère de l'Economie – Secrétariat d'Etat du Plan et à l'Intégration Régionale (2006) *Enquête par Grappes à Indicateurs Multiples, Guinée-Bissau, 2006, Rapport Final*, pp. 86 & 90. Bissau, Guinée-Bissau: Ministère de l'Economie – Secrétariat d'Etat du Plan et à l'Intégration Régionale. Disponível em https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS3/West%20and%20Central%20Africa/Guinea-Bissau/2006/Final/Guinea-Bissau%202006%20MICS_French.pdf. MICS 2006, pág. 89.
 - 5 UNICEF (2013): *Guinea-Bissau: Statistical Profile on Female Genital Mutilation/Cutting*, p. 2. Disponível em https://data.unicef.org/wp-content/uploads/country_profiles/Guinea-Bissau/FGMC_GNB.pdf
 - 6 República da Guiné-Bissau (2012): *Coletânea Fundamental de Direito Penal e Legislação Complementar*, pág. 223. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/legislacao/legislacoes-pertinentes-da-africa/legislacao-guine-bissau>.
 - 7 UNICEF (2015) *Situation Analysis of Children and Women: Guinea-Bissau, 2015*. Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/media/696/file/Situation-Analysis-of-Children-and-Women-2015.pdf>.
 - 8 Sara Vera-Cruz Quintas (2013): *Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação?* Disponível em: http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas_MGF%20na%20Guiné-Bissau_Para%20quando%20a%20sua%20erradicação.pdf
 - 9 Thiago Melo (2016): 'Campanha forma autoridades no combate à mutilação genital feminina na Guiné-Bissau', *Deutsche Welle*, 5 de setembro. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/campanha-forma-autoridades-no-combate-%C3%A0-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital-feminina-na-guin%C3%A9-bissau/a-19527154>
 - 10 28 Too Many: interview with Tostan *Guinea-Bissau*, Julho de 2017.

Imagem de capa: gaborbasch (2014) *Retrato de duas raparigas Africanas felizes que vestem roupas e lenços tradicionais*. Shutterstock ID 342486686.

Por favor, tenha em conta que a utilização da fotografia de qualquer rapariga ou mulher neste relatório não implica a afirmação de que ela tenha sido ou não submetida à MGF.

Agradecemos aos nossos Voluntários Online da ONU, Bruno Spellanzon, Marina Baltar, Fábio de Carvalho pela sua tradução/leitura desta publicação.

